CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, E A EMPRESA CLEAN SERVICE CONSTRUÇÕES, INCORPORAÇÕES E SERVIÇOS GERAIS LTDA-ME, PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO À VISITAÇÃO CÍVICA.

CONTRATO Nº 24/2016


CONTRATADA: A empresa CLEAN SERVICE CONSTRUÇÕES, INCORPORAÇÕES E SERVIÇOS GERAIS LTDA-ME, inscrita no CNPJ 14.599.010/0001-08, estabelecida em Q5, Rua 210, Lote 40 – Sala 123, Águas Claras, CEP 71950-904, Brasília/DF representada por seu GERENTE-COMERCIAL, Senhor ADILON SIMÃO SOARES, portador da cédula de identidade nº 197.648 ÓRGÃO SSP/GO e CPF/MF nº 066.945.191-68, de acordo com a representação legal que lhe é outorgada.

Os CONTRATANTES têm entre si justo e avencado, e celebram o presente contrato, decorrente do Pregão DSG nº 14/2016 instruído no Processo nº 09013.000030/2016-17, em conformidade com o disposto nas Leis nº 10.520/2002 e 8.666/1993, no Decreto nº
2.271/1997 e na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2/2008, mediante as cláusulas e condições que se seguem.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa dedicada ao fornecimento de mão-de-obra terceirizada para a prestação de serviços de apoio à visitação cívica ao Palácio Itamaraty, parte do acervo arquitetônico do Ministério das Relações Exteriores, consoante às condições, regras, descrições e especificações deste contrato, de seu Termo de Referência e seus Anexos, e demais Anexos do Edital do Pregão DSG nº 14/2016.

1.2. O efetivo será composto por:

1.2.1. 2 (dois) Operadores de Turismo Bilingues, que alternarão jornadas de 12 x 36 horas, nos moldes descritos no item 7.1.2 do Termo de Referência;

1.2.2. 1 (um) Secretário (a) Executivo (a) Bilingue, que cumprirá jornada de 44 horas semanais em dias úteis, nos moldes igualmente descritos no item 7.1.2 do Termo de Referência.

1.3. Os Operadores de Turismo Bilingues, responsáveis pela condução das visitas guiadas, deverão:

1.3.1. Possuir diploma, certificado de conclusão de curso superior ou documento equivalente preferencialmente na área de humanidades, carreiras de arquitetura e urbanismo, artes visuais, filosofia, história ou relações internacionais;

1.3.1.1. Alternativamente à exigência do item 1.3.1, acima, como medida excepcional, poderá ser aceito profissional que tenha comprovadamente concluído pelo menos 50% (cinqüenta por cento) de curso superior, preferencialmente nas áreas citadas.

1.3.2. Possuir proficiência em pelo menos uma língua comum (inglês, francês ou espanhol), sendo ideal que pelo menos dois desses idiomas sejam disponibilizados pelo somatório de Operadores de Turismo;

1.3.3. Demonstrar conhecimento multidisciplinar que englobe arquitetura e urbanismo, filosofia, história, história da arte, engenharia, física, botânica e tudo mais que envolva a história do Palácio Itamaraty e sua relação com a arquitetura de Oscar Niemeyer;

1.3.4. Demonstrar conhecimento, no que diz respeito ao acervo artístico do Palácio Itamaraty, do conteúdo do livro "Palácio Itamaraty Brasília - Rio de Janeiro", publicado pelo Banco Safra, em São Paulo, em 1993;

1.4. O(a) Secretário(a) Executivo(a) Bilingue, a quem compete o agendamento e a organização das visitas guiadas, deverão possuir certificado de conclusão de curso médio
ou documento equivalente e possuir proficiência em pelo menos uma língua oficial comum (inglês, francês ou espanhol).

1.5. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da CONTRATADA e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

1.6. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 2.271, de 1997, caracterizando-se como atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do Ministério das Relações Exteriores, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.

1.7. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da CONTRATADA e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

1.8. Integram o presente contrato, independentemente de transcrição, o Edital do Pregão nº 14/2016, com seus Anexos, e a Proposta da CONTRATADA.

1.9.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO REGIME DE EXECUÇÃO

2.1. O serviço contratado será realizado por execução indireta, sob o regime de execução de empreitada por menor preço global.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA FORMA DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

3.1. Os serviços serão executados conforme discriminado a seguir:

3.1.1. As visitas guiadas serão realizadas preferencialmente em turmas de 5 (cinco) a 15 (vinte) pessoas, exceto nos casos de atendimento de pessoas com necessidades especiais e de turmas organizadas pela Administração, que poderão ensejar a formação de turmas restritas, e terão duração de 50 (cinquenta) minutos, equivalentes a uma hora-visita.

3.1.2. As visitas guiadas serão realizadas nos seguintes horários:

<table>
<thead>
<tr>
<th>Dias da semana</th>
<th>Manhã</th>
<th>Tarde</th>
<th>Máximo de turmas / dia</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Dias úteis</td>
<td>08:00 às 13:00</td>
<td>14:00 às 18:00</td>
<td>9 turmas, 1 por hora-visita</td>
</tr>
<tr>
<td>Fins de semana e feriados</td>
<td>08:00 às 13:00</td>
<td>14:00 às 18:00</td>
<td>9 turmas, 1 por hora-visita</td>
</tr>
</tbody>
</table>
3.1.3. As visitas e o agendamento podem ser suspensos caso o Palácio Itamaraty precise ser fechado para visitação do público externo em virtude de eventos oficiais.

3.2. As demais descrições da forma de prestação dos serviços são aquelas constantes dos itens 7.1.3. a 8.1. do Termo de Referência.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR DO CONTRATO

4.2. O valor mensal do contrato é de R$ 26.683,20 (vinte e seis mil seiscentos e oitenta e três reais e vinte e oito centavos).

4.3. O valor anual do contrato é de R$ 320.198,41 (trezentos e vinte mil cento e noventa e oito reais e quarenta e um centavos).

4.4. Os valores acima são meramente estimativos, de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

4.5. Nos valores acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4.6. A CONTRATANTE não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela CONTRATADA, que porventura não tenha sido acordada no contrato.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA


5.2. Quanto à despesa do exercício subsequente, esta correrá à conta da dotação orçamentária consignada para essa atividade no respectivo exercício, ficando condicionada à previsão na Lei Orçamentária Anual (LOA) e à disponibilidade suficiente de caixa, de acordo com o artigo 42 da Lei complementar nº 101/2000.

CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO
6.1. O pagamento será efetuado por meio de ordem bancária em conta corrente da CONTRATADA, após a prestação de cada serviço, em conformidade com o Decreto nº 1.054/1994, ou seja, em até 30 (trinta) dias contados a partir da data da apresentação da nota fiscal, acompanhada dos demais documentos comprovatórios do cumprimento das obrigações previstas neste contrato.

6.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o montante de R$ 8.000,00 (oito mil reais) deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, acompanhada dos demais documentos comprovatórios do cumprimento das obrigações da CONTRATADA, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

6.1.2. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

6.2. O pagamento somente será efetuado após a atestação dos serviços prestados pelo servidor competente do Ministério das Relações Exteriores, na nota fiscal apresentada pela CONTRATADA, que conterá o detalhamento dos serviços executados e será acompanhada dos demais documentos exigidos nesta cláusula.

6.2.1. A atestação fica condicionada à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela CONTRATADA com os serviços efetivamente prestados, bem como às seguintes comprovações, que deverão obrigatoriamente acompanhar-la:

a) Do pagamento da remuneração e das contribuições sociais (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS - e Previdência Social - INSS), correspondentes ao mês da última nota fiscal ou fatura vencida, quanto aos empregados diretamente vinculados à execução contratual, nominalmente identificados;

b) Da regularidade fiscal, constatada através de consulta online ao SICAF, ou na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no artigo 29 da Lei nº 8.666, de 1993; e

c) Do cumprimento das obrigações trabalhistas, correspondentes à última nota fiscal ou fatura que tenha sido paga pela Administração.
6.3. A CONTRATADA é obrigada a apresentar juntamente com as notas fiscais:

a) prova de quitação da folha de pagamento específica deste contrato, dos valores referentes tanto à remuneração mensal quanto ao 13º (décimo terceiro) salário, quando aplicável, contendo as informações exigidas na Cláusula Quarta, item 4.5. deste Contrato, fornecida em via impressa e, se possível, também em formato eletrônico, preferencialmente xls ou xlsx;

b) comprovação emitida pelo órgão gestor do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) do recolhimento individualizado específico deste contrato, por empregado, do mês anterior ao da prestação dos serviços;

c) cópia com autenticação bancária da Guia de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social (GRF) e da Guia de Recolhimento à Previdência Social (GPS), específica deste contrato, acompanhada da relação dos trabalhadores constantes do arquivo GFIP, referente ao mês da emissão da nota fiscal/fatura;

d) espelho da folha de pagamento específica deste contrato, bem como espelho de substituições e rescissões, contendo as informações listadas na Cláusula Sexta, item 6.4. deste Contrato, fornecido em via impressa e, se possível, também em formato eletrônico, preferencialmente xls ou xlsx;

e) comprovantes específicos de fornecimento de auxílio-transporte e auxílio-alimentação referentes ao contrato;

f) quando do pagamento da verba do 13º salário, espelho das informações a ser elaborado em conformidade com as informações contidas na Cláusula Quarta, item 4.5. deste Contrato, fornecido em via impressa e, se possível, também em formato eletrônico, preferencialmente xls ou xlsx;

g) Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros (CND) e Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), que deverão ter sempre os respectivos prazos de validade atualizados;

h) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) com o respectivo prazo de validade atualizado;

i) Comprovante de recolhimento da contribuição previdenciária, imposto de renda, se for o caso, e demais encargos decorrentes de relações trabalhistas relativas ao pessoal contratado como trabalhador temporário ou como prestador de serviço autônomo.
6.4. O guia para os arquivos com os campos necessários para a conferência das informações exigidas nas alíneas “a”, “d” e “f” do item 6.3. acima é o seguinte:

6.4.1. FOLHA DE PAGAMENTO

6.4.1.1. Da Folha de Pagamento deve constar, com relação a cada funcionário disponibilizado ao MRE:

a) matrícula;
b) CPF;
c) nome;
d) data de admissão;
e) função/categoria;
f) salário base;
g) quantidade de dias trabalhados;
h) gratificações;
j) horas extras normais (50, 70 e 100%);
   1. quantidade de horas;
   2. data da realização das horas;
i) horas extras noturnas (50, 70 e 100%);
   1. quantidade de horas;
   2. data da realização das horas;
j) adicional:
   1. turno;
   2. insalubridade;
   3. periculosidade;
k) férias;
   1. 1/3 (um terço);
   2. abono pecuniário;
   3. período aquisitivo;
   4. período de gozo;
   5. adiantamento de 13º salário;
   6. proporcionalidades (avos);
l) auxílio:
   1. alimentação;
2. transporte;

m) diferença:

1. férias;
2. auxílio alimentação;
3. auxílio transporte;

n) salário família;
o) diárias;
p) abono;
q) salário bruto;
r) afastamentos (previstos pela CLT);
s) faltas;
t) descontos:

1. imposto de renda;
2. INSS;
3. auxílio alimentação;
4. auxílio transporte;
5. pensão alimentícia;
6. salário família;
7. recebimentos indevidos (a discriminar);
8. contribuição sindical anual;
9. contribuição sindical mensal;
10. contribuição sindical estabelecida em dissídio coletivo;

u) FGTS (a recolher);
v) salário líquido.

6.4.2. 13º SALÁRIO

6.4.2.1. Da Folha de Pagamento do 13º salário deve constar, de cada funcionário disponibilizado ao MRE:

a) matrícula;
b) CPF;
c) nome;
d) data de admissão;
e) data de demissão;
f) função/categoria;
g) salário base;
h) adicionais (discriminar);
l) descontos (discriminar);
j) proporcionalidade (avos);
k) diferença.

6.4.3. QUITAÇÃO BANCÁRIA

6.4.3.1. Dos documentos de quitação bancária deve constar, de cada funcionário disponibilizado ao MRE:

a) CPF;
b) nome;
c) função;
d) valor depositado;
e) agência;
f) conta corrente.

6.4.4. OBSERVAÇÕES:

6.4.4.1. A CONTRATADA deverá entregar ao Ministério das Relações Exteriores, mensalmente, espelhos da folha de pagamento, de substituições, de rescisões e de quitação bancária em vias impressas e, se possível, em arquivos eletrônicos em formato .xls ou .xlsx.

6.5. Caso se constate o descumprimento de obrigações trabalhistas, previdenciárias e as relativas ao FGTS, o pagamento dos valores em débito será realizado em juízo, sem prejuízo das sanções cabíveis.

6.6. Nos termos do artigo 36, §6º, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2/2008, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a CONTRATADA:

6.6.1. não produziu os resultados acordados;
6.6.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
6.6.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

6.7. A nota fiscal somente poderá ser apresentada após a data final do mês a que se referir.

6.8. Antes do pagamento, a CONTRATANTE verificará, por meio de consulta eletrônica, a regularidade do cadastramento da CONTRATADA no SICAF e/ou nos sites oficiais bem como a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) no site do Tribunal Superior do Trabalho (TST), devendo seu resultado ser impresso, autenticado e juntado ao processo de pagamento.
6.9. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, inclusive quanto ao artigo 31 da Lei nº 8.212/1991, que se refere à retenção de 11% (onze por cento) do valor bruto da nota fiscal de prestação de serviços a serem recolhidos pela CONTRATANTE, em nome da CONTRATADA, até o dia 20 (vinte) do mês subsequente ao da emissão da respectiva nota fiscal ou fatura, ou até o dia útil imediatamente anterior se não houver expediente bancário naquele dia.


6.9.2. A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação por meio de documento oficial de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

6.10. Deverá constar da nota fiscal o nome e o número do banco, o número da agência e o número da conta-corrente, para que lhe seja efetuado o crédito bancário, por meio de ordem bancária, referente ao pagamento devido.

6.10.1. Os serviços prestados serão cobrados pela própria CONTRATADA por meio de nota fiscal, em que conste a discriminação dos serviços e que deverá ser apresentada à Divisão de Serviços Gerais.

6.11. Será considerada como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

6.12. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concordado de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

\[ EM = I \times N \times VP \]

em que:

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido;
I = índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula:

\[ \frac{(6 \div 100)}{365} \]

N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do
efetivo pagamento;
VP = Valor da Parcela em atraso.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA, DO PRAZO DE EXECUÇÃO E DA PRORROGAÇÃO

7.1. O prazo de vigência deste contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo, por interesse da Administração, ser prorrogado por períodos iguais e sucessivos, limitada a sua duração a 60 (sessenta) meses, nos termos do inciso II do art. 57, da Lei nº 8.666/1993.


7.2.1. Ao serem iniciados os serviços, será aberto o prazo de execução, que se estenderá até o término da vigência deste contrato.

7.2.1. Somente serão pagos à CONTRATADA os serviços efetivamente prestados.

7.3. A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

7.3.2. Toda prorrogação de contrato e/ou alteração de seu valor será precedida da realização de pesquisas de preços de mercado e de preços contratados por outros órgãos e entidades da Administração Pública, visando a assegurar a manutenção da contratação mais vantajosa para a Administração em relação à realização de uma nova licitação.

7.3.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

7.4. O contrato não poderá ser prorrogado quando:

7.4.1. O valor estiver acima do limite máximo fixado em ato normativo do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, admitindo-se a negociação para redução de preços, para readaptação ao referido limite;

7.4.2. A CONTRATADA tiver sido declarada inidônea ou suspensa no âmbito da União ou do próprio Ministério das Relações Exteriores, enquanto perdurarem os efeitos;

7.4.3. A CONTRATADA não mantiver, em compatibilidade com as obrigações
assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

7.4.4. A CONTRATADA não concordar com a eliminação, do valor do contrato, dos custos fixos ou variáveis não renováveis que já tenham sido pagos ou amortizados no primeiro ano de vigência da contratação.

CLÁUSULA OITAVA - DA PUBLICAÇÃO E DA EFICÁCIA

8.1. A Administração providenciará a publicação resumida do instrumento do contrato ou de seus aditamentos na imprensa oficial, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, qualquer que seja o seu valor, condição indispensável para sua eficácia.

CLÁUSULA NONA - DA REPACTUAÇÃO

9.1. Será admitida, por solicitação da CONTRATADA, a repactuação dos preços dos serviços continuados contratados com prazo de vigência igual ou superior a doze meses, desde que seja observado o interregno mínimo de 1 (um) ano, e demonstrada de forma analítica a variação dos componentes dos custos do contrato, devidamente justificada, de acordo com o artigo 5º do Decreto n.º 2.271, de 1997, e com os dispositivos aplicáveis da Instrução Normativa SLTI/MPOG n.º 2, de 30 de abril de 2008.

9.1.1. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, em respeito ao princípio da anualidade do reajustamento dos preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, tais como os custos decorrentes da mão-de-obra e os custos decorrentes dos insumos necessários à execução do serviço.

9.1.2. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas-base diferenciadas, a repactuação deverá ser dividida em tantas parcelas quantos forem os acordos, dissídios ou convenções coletivas das categorias envolvidas na contratação.

9.2. A repactuação não poderá alterar o equilíbrio econômico-financeiro original do contrato.

9.2.1. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por
força de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva.

9.2.2. O aumento dos custos da mão-de-obra decorrente de novo acordo, dissídio ou convenção coletiva deverá ser integralmente repassado ao preço repactuado, exceto na hipótese descrita no subitem abaixo.

9.2.3. A Administração não se vincula às disposições contidas em Acordos e Convenções Coletivas que não tratem de matéria trabalhista, tais como as que estabeleçam valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

9.3. O interregno mínimo de 1 (um) ano será contado:

9.3.1. Para a primeira repactuação:

9.3.1.1. para os custos relativos à mão-de-obra, vinculados à data-base da categoria profissional de secretário executivo: a partir do dia 01 de 01 de 2017, correspondente à data da vigência do acordo, dissídio ou convenção coletiva de trabalho, vigente à época da apresentação da proposta, relativo à categoria profissional de secretário executivo abrangida pelo contrato.

9.3.1.2. para os custos relativos à mão-de-obra, vinculados à data-base da categoria profissional de operador de turismo bilingue: a partir do dia 01 de 01 de 2017, correspondente à data da vigência do acordo, dissídio ou convenção coletiva de trabalho, vigente à época da apresentação da proposta, relativo à categoria profissional de operador de turismo bilingue abrangida pelo contrato.

9.3.1.3. para os demais custos, sujeitos à variação de preços do mercado: a partir da data limite para apresentação das propostas constante do Edital.

9.3.2. Para as repactuações subsequentes à primeira: a partir da data do fato gerador que deu ensejo à última repactuação ocorrida ou preclusa.

9.4. O prazo para a CONTRATADA solicitar a repactuação encerra-se na data da prorrogação contratual subsequente ao novo acordo, dissídio ou convenção
coletiva que fixar os novos custos de mão-de-obra da categoria profissional abrangida pelo contrato, ou na data do encerramento da vigência do contrato, caso não haja prorrogação.

9.4.1. Caso a CONTRATADA não solicite a repactuação tempestivamente, dentro do prazo acima fixado, ocorrerá a preclusão do direito à repactuação.

9.4.1.1. Se a vigência do contrato tiver sido prorrogada, nova repactuação só poderá ser pleiteada após o decurso de novo interregno mínimo de 1 (um) ano, contado:

9.4.1.1.1. da vigência do acordo, dissídio ou convenção coletiva anterior, em relação aos custos decorrentes de mão de obra;

9.4.1.1.2. do dia em que se completou um ou mais anos da apresentação da proposta, em relação aos custos sujeitos à variação de preços do mercado.

9.4.1.2. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido registrado o novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria, a CONTRATADA deverá solicitar a inserção de cláusula no termo aditivo de prorrogação que resguarde o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo disponha daquele instrumento devidamente registrado, sob pena de preclusão.

9.5. Ao solicitar a repactuação, a CONTRATADA efetuará a comprovação da variação dos custos dos serviços contratados da seguinte forma:

9.5.1. Quando a repactuação se referir aos custos da mão-de-obra: apresentação do novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria profissional abrangida pelo contrato, acompanhado da demonstração analítica da variação dos custos;

9.5.2. Quando a repactuação se referir aos demais custos: Planilha de Custos e Formação de Preços que comprove o aumento dos preços de mercado dos itens abrangidos, considerando-se:

9.5.2.1. os preços praticados no mercado ou em outros contratos da Administração;
as particularidades do contrato em vigência;

a nova planilha com a variação dos custos apresentada;

indicadores setoriais, tabelas de fabricantes, valores oficiais de referência, tarifas públicas ou outros equivalentes;

índice específico ou setorial, que retrate a variação dos preços relativos a alguma parcela dos custos dos serviços, desde que devidamente individualizada na Planilha de Custos e Formação de Preços da CONTRATADA.

O órgão CONTRATANTE poderá realizar diligências para conferir a variação de custos alegada pela CONTRATADA.

Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:

a partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação;

em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras; ou

em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão-de-obra em que o próprio fato gerador, na forma de acordo, dissídio ou convenção coletiva, ou sentença normativa, contemplar data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.

Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

A decisão sobre o pedido de repactuação deve ser feita no prazo máximo de sessenta dias, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos.

O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto a CONTRATADA não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pela CONTRATANTE para a comprovação da variação dos custos.
9.10. As repactuações serão formalizadas por meio de apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, caso em que deverão ser formalizadas por aditamento ao contrato.

CLÁUSULA DEZ - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

10.2 Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

10.3 Cumpre ao fiscal do contrato comunicar ao Ministério da Previdência Social e à Receita do Brasil qualquer irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias. De igual modo, devem ser realizadas comunicações ao Ministério do Trabalho e Emprego acerca de irregularidades no recolhimento do FGTS dos respectivos trabalhadores terceirizados (IN SLTI/MPOG n. 02/2008, art. 34, §§9º e 10 com a redação da IN SLTI/MPOG n. 06/2013 e Ac. TCU 1214/2013-Plenário).

10.4 Documentar as ocorrências havidas e a frequência dos empregados em registro próprio, firmado juntamente com o representante ou preposto da empresa;

10.5 Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da prestação dos serviços, fixando prazo para a sua correção;

10.6 Não permitir que os empregados da Contratada realizem horas extras, exceto em caso de comprovada necessidade de serviço, formalmente justificada pela autoridade do órgão para o qual o trabalho seja prestado e desde que observado o limite da legislação trabalhista;

10.7 Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

10.8 Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura de serviços da contratada, em conformidade com o art. 36, §8º da IN SLTI/MPOG N. 02/2008;
10.9 Comunicar à empresa, por escrito e tempestivamente, qualquer mudança na Administração ou endereço para a cobrança, bem como qualquer ocorrência relacionada à execução do contrato;

10.10 Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

10.11 Exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

10.12 Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar na empresa Contratada;

10.13 Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado;

10.14 Considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

10.15 Analisar os termos de rescisão dos contratos de trabalho do pessoal empregado na prestação dos serviços no prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período, após a extinção ou rescisão do contrato, nos termos do art. 34, §§º, d, l e §8º da IN SLTI/MPOG n. 02/2008;

10.16 Proporcionar todas as facilidades necessárias à boa execução das tarefas, permitindo o livre acesso dos empregados da empresa aos locais de execução dos serviços;

10.17 Disponibilizar instalações sanitárias e vestiários com armários guarda-roupas.

10.18 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela empresa;

10.19 Fiscalizar os termos da Súmula Vinculante n° 13 do Supremo Tribunal Federal, que veda a prática de nepotismo na contratação de empregados no Serviço Público, em relação a aqueles que serão alocados no Ministério;
10.20 Providenciar em tempo hábil, por intermédio da Divisão de Serviços Gerais ou, na impossibilidade desta, por unidade administrativa superior, as decisões que ultrapassarem a competência do Fiscal do Contrato.

CLÁUSULA ONZE - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

11.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

11.3. Manter o empregado nos horários predeterminados pela Administração;

11.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

11.5. Responsabilizar-se por toda e qualquer exigência legal para o exercício da atividade objeto deste Termo de Referência, como também por quaisquer acidentes que venham a vitimar seus empregados quando em serviço, devendo fazer constar em sua proposta declaração de cumprimento deste item;

11.6. Executar e zelar pela execução dos serviços conforme especificações do Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer uniformes adequados e suficientes, na qualidade e quantidade especificadas no Termo de Referência e em sua proposta;

11.7. Cuidar para que os serviços a serem prestados não perturbem a ordem pública, a execução de serviços públicos e o pleno acesso às vias, e não causem dano a qualquer bem, público ou privado, tampouco danos físicos ou materiais a terceiros;

11.8. Designar, para a perfeita prestação dos serviços, somente profissionais habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
11.9. Comprovar a formação técnica e específica dos empregados utilizados na execução dos serviços, que deverá ser feito mediante apresentação dos certificados competentes, na forma prevista no item 1.2.2;

11.10. Apresentar à Contratante, quando do início das atividades, e sempre que houver alocação de novo empregado na execução do contrato, relação contendo nome completo, cargo ou atividade exercida, endereço residencial e telefone dos empregados colocados à disposição da Administração, para fins de divulgação na Internet;

11.11. Apresentar, quando solicitado pela Administração, atestado de antecedentes criminais e distribuição cível de toda a mão-de-obra oferecida para atuar nas instalações do órgão;

11.12. Responsabilizar-se por danos pessoais ou patrimoniais causados a servidores e a terceiros, assim como por danos patrimoniais causados ao Ministério das Relações Exteriores por culpa, dolo, negligência, imperícia ou imprudência de seus empregados ou prepostos em decorrência da prestação dos serviços;

11.13.Implantar os postos de trabalho de forma imediata e após o recebimento da "Autorização para o Início dos Serviços", nos horários fixados na "Escala de Serviço";

11.14. Acatar todas as orientações do setor competente do Ministério, sujeitando-se à mais ampla e irrestrita fiscalização, inclusive quanto à frequência diária dos empregados da empresa, visando comprovar o atendimento da escala de distribuição de pessoal e do efetivo contratado, devendo também prestar todos os esclarecimentos solicitados e atender às reclamações formuladas;

11.15. Cumprir as instruções transmitidas pelo fiscal do contrato;

11.16. Comunicar por escrito ao fiscal do contrato quanto a qualquer anormalidade ou impropriedade verificada que possam comprometer a execução dos serviços e a segurança de bens e pessoas;

11.17. Prestar os serviços de forma meticulosa e constante, mantendo o local de execução sempre em perfeita ordem;

11.18. Abster-se de prestar serviços ou exercer atividades que gerem ônus, obrigações e ou responsabilidades para além dos avençados neste instrumento, no contrato e no Edital;

11.19. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto n° 7.203, de 2010;
11.20. Disponibilizar à Contratante os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso, devendo substituí-los, imediatamente, caso sejam considerados inconvenientes à boa ordem e às normas disciplinares;

11.21. Fornecer os uniformes a serem utilizados por seus empregados, conforme disposto no Termo de Referência, sem repassar quaisquer custos a estes;

11.22. Entregar cronograma de distribuição de uniformes, acompanhado dos respectivos recibos de entrega do primeiro lote, devidamente firmados.

11.23. As empresas contratadas que sejam regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) deverão apresentar a seguinte documentação no primeiro mês de prestação dos serviços:

11.23.1. Relação de todos os empregados alocados ao contrato, contendo nome completo, data de nascimento, data de admissão, função desempenhada, endereço, salário e eventuais adicionais, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

11.23.2. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente atualizada e assinada pela contratada;

11.23.3. Exames médicos admissionais dos empregados da contratada que prestarão os serviços;

11.24. Os documentos acima mencionados deverão ser apresentados para cada novo empregado que se vincule à prestação do contrato administrativo. De igual modo, o desligamento de empregados no curso do contrato de prestação de serviços deve ser devidamente comunicado, com toda a documentação pertinente ao empregado dispensado, à semelhança do que se exige quando do encerramento do contrato administrativo.

11.25. Encaminhar MENSALMENTE, por ocasião da apresentação da Nota Fiscal dos serviços prestados, os seguintes documentos:

11.25.1. Resumo dos serviços prestados, cujos lançamentos deverão coincidir com aqueles constantes da documentação fiscal apresentada;

11.25.2. Guia do Recolhimento do FGTS (GRF) e respectivo comprovante de pagamento, do qual deverá constar o mesmo número do código de barras da GRF.
11.25.3. Formulários da GFIP/SEFIP dos quais constem exclusivamente os empregados alocados nos serviços prestados ao Contratante;

11.25.4. Guia de Previdência Social (GPS) e respectivo comprovante de pagamento;

11.25.5. Folha de Pagamento da qual constem exclusivamente os empregados alocados nos serviços prestados ao Contratante;

11.25.6. Comprovante de depósito dos salários, que deverão estar disponíveis para saque no 5º (quinto) dia útil de cada mês;

11.25.7. Recibos referentes à concessão de auxílio-alimentação;

11.25.8. Recibos referentes à concessão de vale-transporte;

11.25.9. Aviso prévio de férias, firmado pela Contratada e pelo respectivo empregado em data não inferior a 30 (trinta) dias do início do período de gozo, nos termos do art. 135 da Consolidação das Leis do Trabalho;

11.25.10. Comprovante de pagamento do terço de férias, no primeiro período aquisitivo, com data não inferior a 2 (dois) dias do início do período aquisitivo;

11.25.10.1. Aos empregados maiores de 50 (cinquenta) anos de idade, as férias serão sempre concedidas de uma só vez, ao teor do que dispõe o art. 134, §2º, da Consolidação das Leis do Trabalho;

11.25.11. Documentação relativa a todos os eventuais substitutos, incluindo cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), contrato de trabalho, indicação da função exercida, comprovantes de pagamentos e nome do empregado substituído, com a devida justificativa;

11.25.12. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), emitida eletronicamente pelo site www.tst.jus.br/certidao;

11.26. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada cujos empregados vinculados ao serviço sejam regidos pela CLT deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
11.26.1. A inadimplência da Contratada em relação aos encargos estabelecidos neste Termo de Referência não transfere a responsabilidade de seu adimplemento à Administração contratante, nem pode tampouco onerar o objeto do respectivo contrato, razão pela qual a Contratada renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o Contratante.

11.27. Substituir, no prazo de 2 (duas) horas, em caso de eventual ausência, tais como faltas, férias e licenças, o empregado posto a serviço da Contratante, devendo identificar previamente o respectivo substituto ao fiscal do contrato;

11.28. Atender às solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;

11.29. Substituir, sempre que exigido pelo Ministério, e no prazo de 1 (um) dia útil, qualquer empregado cuja atuação, permanência ou comportamento sejam considerados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina da repartição ou ao interesse da Administração, ou ainda incompatíveis com o exercício das funções que lhe foram atribuídas;

11.30. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante;

11.31. Assumir a responsabilidade por todos os encargos de possíveis demandas nas esferas trabalhista, civil ou penal relacionadas à execução do contrato, originariamente ou vinculadas por prevenção, conexão ou continência;

11.32. Efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual mediante depósito na conta bancária de titularidade do trabalhador, em agência situada na localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação dos serviços, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte da Contratante. Em caso de impossibilidade de cumprimento desta disposição, a contratada deverá apresentar justificativa, a fim de que a Administração analise sua plausibilidade e possa verificar a realização do pagamento.

11.33. Autorizar a Administração contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.
11.33.1. Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.

11.34. Autorizar o provisionamento de valores para o pagamento das férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores da contratada, bem como de suas repercussões trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, que serão depositados pela contratante em conta-depósito vinculada específica, em nome do prestador dos serviços, bloqueada para movimentação, conforme disposto no anexo VII da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 2008, os quais somente serão liberados para o pagamento direto dessas verbas aos trabalhadores, nas condições estabelecidas §1º, do art. 19-A, da referida norma.

11.34.1. O montante dos depósitos da conta vinculada será igual ao somatório dos valores das provisões a seguir discriminadas, incidentes sobre a remuneração, cuja movimentação dependerá de autorização do órgão ou entidade promotora da licitação e será feita exclusivamente para o pagamento das respectivas obrigações:

11.34.1.1. 13º (décimo terceiro) salário;

11.34.1.2. Férias e um terço constitucional de férias;

11.34.1.3. Multa sobre oFGTS e contribuição social para as rescisões sem justa causa; e

11.34.1.4. Encargos sobre férias e 13º (décimo terceiro) salário, em conformidade com o grau de risco de acidente de trabalho e as alíquotas de contribuição previstas no art. 22, inciso II, da Lei no 8.212, de 1991 (item 12 do Anexo VII da IN SLTI/MPOG n. 02/2008).

11.34.1.5. Os percentuais de provisionamento e a forma de cálculo serão aqueles indicados no Anexo VII da IN SLTI/MPOG n. 2/2008.

11.34.2. O saldo da conta-depósito será remunerado pelo índice de correção da poupança pro rata die, conforme definido em Termo de Cooperação Técnica firmado entre o promotor desta licitação e instituição financeira. Eventual alteração da forma de correção implicará a revisão do Termo de Cooperação Técnica.
11.34.3. Os valores referentes às provisões mencionadas neste edital que sejam retidos por meio da conta-depósito, deixarão de compor o valor mensal a ser pago diretamente à empresa que vier a prestar os serviços.

11.34.4. Em caso de cobrança de tarifa ou encargos bancários para operacionalização da conta-depósito, os recursos atinentes a essas despesas serão debitados dos valores depositados.

11.34.5. A empresa contratada poderá solicitar a autorização do órgão ou entidade contratante para utilizar os valores da conta-depósito para o pagamento dos encargos trabalhistas previstos nos subitens acima ou de eventuais indenizações trabalhistas aos empregados, decorrentes de situações ocorridas durante a vigência do contrato.

11.34.5.1. Na situação do subitem acima, a empresa deverá apresentar os documentos comprobatórios da ocorrência das obrigações trabalhistas e seus respectivos prazos de vencimento. Somente após a confirmação da ocorrência da situação pela Administração, será expedida a autorização para a movimentação dos recursos creditados na conta-depósito vinculada, que será encaminhada à Instituição Financeira no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios pela empresa.

11.34.5.2. A autorização de movimentação deverá especificar que se destina exclusivamente para o pagamento dos encargos trabalhistas ou de eventual indenização trabalhista aos trabalhadores favorecidos.

11.34.5.3. A empresa deverá apresentar ao órgão ou entidade contratante, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da movimentação, o comprovante das transferências bancárias realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas.

11.34.6. O saldo remanescente dos recursos depositados na conta-depósito será liberado à respectiva titular no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado.

11.35. Não permitir que o empregado designado para trabalhar em um turno preste seus serviços no turno imediatamente subsequente;

11.36. Instruir os empregados quanto à necessidade de acatar as orientações da fiscalização do Ministério das Relações Exteriores, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas de Segurança e de Medicina do Trabalho;
11.37. Instruir os profissionais a seu serviço quanto à necessidade de acatar as normas internas e as de controle de fluxo de bens e pessoas nas dependências do Ministério;

11.38. Alertar os profissionais a seu serviço quanto à proibição de permanecer em dependências do Ministério que não compreendam o local de execução e fora do horário de prestação dos serviços;

11.39. Submeter os empregados a treinamento específico para o trabalho no Ministério das Relações Exteriores, de forma a ensejar o aprendizado das normas de conduta;

11.40. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

11.41. Instruir seus empregados, no início da execução contratual, quanto à obtenção das informações de seus interesses junto aos órgãos públicos, relativas ao contrato de trabalho e obrigações a ele inerentes, adotando, entre outras, as seguintes medidas:

11.41.1. viabilizar o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;

11.41.2. viabilizar a emissão do cartão cidadão pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;

11.41.3. oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimentos de seus direitos sociais, preferencialmente por meio eletrônico, quando disponível.

11.42. Deter instalações, aparelhamento e pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, devendo a Contratada dispor, em sua sede ou filial, de capacidade operacional para receber e solucionar qualquer demanda da Contratante e para realizar todos os procedimentos pertinentes à seleção, treinamento, admissão e demissão de funcionários;

11.43. Indicar formalmente, antes do início dos serviços, um Preposto que deverá ser aceito pela Administração, visando a manter contato permanente com a Contratante para acompanhamento dos serviços durante a execução contratual, assim como e-mail e respectivos números de telefone fixo, fax e celular, que
deverão ser de custo local e estar acessíveis ininterruptamente, inclusive em datas comemorativas e feriados;

11.44. A função de Preposto poderá ser acumulada por um dos profissionais a serviço da Contratada no Ministério.

11.44.1. O Preposto será o responsável direto da Contratada junto à Contratante por:

11.44.1.1. Assegurar o cumprimento das obrigações da Contratada;

11.44.1.2. Receber e encaminhar documentos relativos à prestação do serviço e ao fiel cumprimento deste Termo de Referência e do contrato, como requerimentos, formulários, relatórios, listagens, notas fiscais, comprovantes, recibos, ofícios e cartas, entre outros;

11.44.1.3. Apresentar, por escrito, contrarrazões a eventuais penalizações aplicadas em função deste Termo de Referência;

11.44.1.4. Solicitar acesso aos profissionais a serviço da Contratada às dependências do Ministério e aos locais de prestação do serviço.

11.45. Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

11.46. Fornecer, sempre que solicitados pela Contratante, os comprovantes do cumprimento das obrigações previdenciárias, do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS e do pagamento dos salários e demais benefícios trabalhistas dos empregados colocados à disposição da Contratante;

11.47. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

11.48. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

11.49. Manter sigilo sobre todo e qualquer assunto de interesse da Contratante ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da prestação de serviços objeto deste Termo de Referência e em decorrência do cumprimento do contrato, devendo orientar os profissionais a seu serviço nesse sentido;

11.50. Não transferir a outrem os serviços contratados, no todo ou em parte, sem prévia e expressa anuência do Ministério.
11.51. Não beneficiar-se da condição de optante pelo Simples Nacional, salvo as exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar n° 123, de 14 de dezembro de 2006;

11.52. Comunicar formalmente à Receita Federal a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, salvo as exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006, para fins de exclusão obrigatória do Simples Nacional a contar do mês seguinte ao da contratação, conforme previsão do art.17, XII, art.30, §1º, II e do art. 31, II, todos da LC 123, de 2006.

11.52.1. Para efeito de comprovação da comunicação, a contratada deverá apresentar cópia do ofício enviado à Receita Federal do Brasil, com comprovante de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, até o último dia útil do mês subsequente ao da ocorrência da situação de vedação.

11.53. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores provisórios com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.54. Sujeitar-se à retenção da garantia prestada e dos valores das faturas correspondentes a 1 (um) mês de serviços, por ocasião do encerramento da prestação dos serviços contratados, podendo a Administração Contratante utilizá-los para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação (1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços, nos termos do art. 35, parágrafo único da Instrução Normativa SLTI/MPOG n. 02/2008.

11.55. É terminantemente vedado à Contratada:

11.55.1. A veiculação de publicidade acerca deste contrato, salvo prévia e expressa autorização do Ministério das Relações Exteriores;

11.55.2. A subcontratação para a execução do objeto deste contrato;

11.55.3. A contratação de qualquer servidor pertencente ao quadro de pessoal do Ministério, durante a vigência deste contrato;

11.55.4. A retirada, das dependências do Ministério, de quaisquer materiais, ferramentas e utensílios eventualmente alocados à prestação dos serviços,
ressalvada a hipótese de não atenderem às especificações exigidas, mediante prévia e expressa notificação da fiscalização.

CLÁUSULA DOZE - DA FISCALIZAÇÃO

12.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um representante da Administração, especialmente designado, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993, e do art. 6º do Decreto nº 2.271, de 1997.

12.1.1. O representante da CONTRATANTE deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

12.2. Além das disposições previstas nesta cláusula, a fiscalização contratual dos serviços continuados deverá seguir o disposto no Anexo IV (Guia de Fiscalização dos Contratos de Terceirização) da Instrução Normativa nº 2, de 30 de abril de 2008, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

12.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste contrato e no termo de referência.

12.4. A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos seguintes aspectos, quando for o caso:

12.4.1. os resultados alcançados em relação ao contratado, com a verificação dos prazos de execução e da qualidade demandada;

12.4.2. os recursos humanos empregados, em função da quantidade exigida;

12.4.3. a qualidade e quantidade dos recursos materiais utilizados;

12.4.4. a adequação dos serviços prestados à rotina de execução estabelecida;

12.4.5. o cumprimento das demais obrigações decorrentes do contrato; e

12.4.6. a satisfação do público usuário.

12.5. O fiscal ou gestor do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da
produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à chefia da Divisão de Serviços Gerais para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1\degree do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.6. O representante da Administração deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1\degree e 2\degree do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.7. Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais, exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações:

12.7.1. no caso de empresas regidas pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT):

a) prova de regularidade para com a Seguridade Social, conforme dispõe o artigo 195, § 3\degree, da Constituição Federal, sob pena de rescisão contratual;

b) recolhimento do FGTS, referente ao mês anterior, caso a Administração não esteja realizando os depósitos diretamente, conforme estabelecido no instrumento convocatório;

c) pagamento de salários no prazo previsto em lei (no máximo, até o quinto dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços), referente ao mês anterior;

d) fornecimento de vale transporte e auxílio alimentação quando cabível;

e) pagamento do 13\degree salário;

f) concessão de férias e correspondente pagamento do adicional de férias, na forma da lei;

g) realização de exames admissionais e demissionais e periódicos, quando for o caso;

h) eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei;

i) comprovação do encaminhamento ao Ministério do Trabalho e Emprego das informações trabalhistas exigidas pela legislação, tais como a RAIS e a CAGED;

j) cumprimento das obrigações contidas em convenção coletiva, acordo coletivo ou sentença normativa em dissídio coletivo de trabalho; e
k) cumprimento das demais obrigações dispostas na CLT em relação aos empregados vinculados ao contrato.

12.7.2. No caso de sociedades diversas, tais como as organizações sociais civis de interesse público - OSCIP e as organizações sociais, será exigida a comprovação de atendimento a eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as respectivas organizações.

12.8. Em complementação às exigências previstas no parágrafo anterior, a fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais da CONTRATADA seguirá a rotina estabelecida no Anexo IV (Guia de Fiscalização dos Contratos de Terceirização) da Instrução Normativa nº 2, de 30 de abril de 2008, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, englobando, no que couber, as seguintes etapas:

12.8.1. Fiscalização inicial (quando do início da execução dos serviços):

a) elaboração de planilha-resumo do contrato administrativo, contendo as informações dos empregados alocados na execução contratual de acordo com o item 6.4.1.1. da cláusula sexta deste contrato;

b) conferência da regularidade das anotações nas Carteiras de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados;

c) conferência do número de empregados disponibilizados, que deve coincidir com o previsto no contrato administrativo;

d) conferência da remuneração registrada para os empregados, inclusive benefícios como vale-transporte, vale-refeição e outros, com relação aos valores constantes da proposta de preços da empresa e da convenção coletiva de trabalho da categoria;

e) verificação da existência de condições insalubres ou de periculosidade no local de trabalho, que resultem no pagamento dos respectivos adicionais aos empregados e na obrigação de fornecimento de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs).

12.8.2. Fiscalização diária:

a) conferência e acompanhamento da frequência e da jornada de trabalho dos empregados alocados na execução contratual;

b) verificação da rotina de trabalho, para fins de assegurar a inocorrência de
situações de subordinação ou desvio de função;

12.8.3. fiscalização mensal (antes dos procedimentos para pagamento da nota fiscal/fatura):
  a) elaboração de planilha mensal com informações relativas a: nome completo do empregado, função exercida, dias efetivamente trabalhados, horas extras trabalhadas, férias, licenças, faltas, ocorrências;
  b) conferência do número de dias e horas trabalhados efetivamente por cada empregado alocado, procedendo-se à glosa da nota fiscal/fatura de valores relativos a eventuais faltas ou horas trabalhadas a menor;

12.8.4. fiscalização especial ou ocacional:
  a) acompanhamento da data-base da categoria, conforme previsão da convenção coletiva de trabalho, e conferência da concessão tempestiva dos reajustes salariais por parte da empresa;
  b) controle de férias e licenças dos empregados na planilha-resumo;
  c) acompanhamento das situações de estabilidade provisória dos empregados (participação na CIPA, gestante, acidente de trabalho);

12.8.5. fiscalização após a rescisão ou encerramento da vigência do contrato:
  a) verificação do pagamento pela CONTRATADA das verbas rescisórias ou a comprovação de que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.

12.9. O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pela CONTRATADA deverá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções, sendo vedada a retenção de pagamento se a CONTRATADA não incorrer em qualquer inexecução do serviço ou não o tiver prestado a contento.

12.9.1. A CONTRATANTE poderá conceder um prazo para que a CONTRATADA regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade da empresa de corrigir a situação.

12.10. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no instrumento convocatório e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de...
1993.

12.11. O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pela CONTRATADA, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias referentes à mão-de-obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias.

12.12. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios reeditórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA – DA GARANTIA

13.1. Será exigida a prestação de garantia pela CONTRATADA, de acordo com o estabelecido no art. 56 da Lei nº 8.666/1993, no percentual de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, o que equivale a R$ 16.009,92 (dezesseis mil e nove reais e nove centavos), tendo a CONTRATADA feito opção pela modalidade SEGURO GARANTIA, observados os demais requisitos estabelecidos nesta cláusula.

13.2. O prazo para entrega da garantia é de 15 (quinze) dias após a assinatura do contrato, sob pena da aplicação de multa de mora de 0,2% (dois décimos por cento) do valor estimado mensal do contrato por dia útil de atraso.

13.3. A garantia terá como beneficiária a Divisão de Serviços Gerais do Ministério das Relações Exteriores, onde deverá ser depositada.

13.4. A garantia deverá cobrir todo o período de vigência contratual, mais 3 (três) meses após o término da vigência do referido contrato de acordo com o estabelecido no "Art. 19, da Lei no 8.666, de 1993, devendo ser renovada a cada prorrogação".

13.5. Não será aceita a prestação de garantia que não cubra todos os riscos ou prejuízos eventualmente decorrentes da execução do contrato, tais como a responsabilidade por multas e obrigações trabalhistas, previdenciárias ou sociais.

13.6. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser readequada ou renovada nas mesmas condições.

13.7. Se o valor da garantia for utilizado, total ou parcialmente, pela CONTRATANTE, para pagamento de qualquer obrigação, inclusive indenização a terceiros e/ou para compensação de prejuízo causado no decorrer da execução contratual por conduta
da CONTRATADA, esta deverá proceder à respectiva reposição no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que tiver sido notificada.

13.8. Após a execução do contrato, constatado o regular cumprimento de todas as obrigações a cargo da CONTRATADA, a garantia por ela prestada será liberada ou restituida e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente, deduzidos eventuais valores devidos à CONTRATANTE.

13.9. A CONTRATANTE poderá utilizar a garantia constituída para corrigir imperfeições decorrentes de culpa, imperícia ou desídia da CONTRATADA na execução deste Contrato.

13.10. A garantia reverterá em favor do CONTRATANTE, integralmente ou o saldo que apresentar, no caso de rescisão contratual por culpa exclusiva da CONTRATADA, sem prejuízo da responsabilidade de ressarcir eventuais perdas e danos devidos ao CONTRATANTE.

13.11. Em caso de encerramento da vigência do contrato, ou rescisão contratual, a CONTRATANTE reterá a garantia prestada, até que o fiscal verifique o pagamento pela CONTRATADA das verbas rescisórias decorrentes da contratação, ou a comprovação de que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.


13.13. O documento de garantia deverá conter cláusula de renúncia aos benefícios contidos no artigo 827 do código civil.

13.14. O prazo para que a CONTRATANTE cientifique a instituição garantidora do fato justificador da execução da garantia deverá ser igual ou superior a 40 (quarenta) dias, contado a partir do término da vigência deste contrato.

13.15. A apólice deverá conter cláusula expressa de cobertura de multas e penalidades contratuais impostas à CONTRATADA, similar ao seguinte texto: “Esta garantia dá cobertura ao pagamento das multas e penalidades contratuais impostas ao Tomador.”

13.16. A apólice deverá assegurar a qualidade dos serviços, encargos fiscais, sociais e trabalhistas, e danos causados à CONTRATANTE ou a terceiros.
13.17. [Caso a CONTRATADA escolha a modalidade caução em dinheiro/depósito] O depósito para garantia, será obrigatoriamente efetuado na Caixa Econômica Federal, à ordem da autoridade administrativa competente, conforme o Artigo 82, Seção X (Depósitos e Consignações) do Decreto nº 93.872, de 24 de dezembro de 1986.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA – DAS ALTERAÇÕES


14.2. A CONTRATADA ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento).

CLÁUSULA DÉCIMA-QUINTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS


15.1.1. inexecutar total ou parcialmente o contrato;

15.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

15.1.3. fraudar na execução do contrato;

15.1.4. comportar-se de modo inidôneo;

15.1.5. não mantiver sua proposta;

15.1.6. apresentar documentação falsa;

15.1.7. cometer fraude fiscal;

15.1.8. descumprir qualquer dos deveres elencados no Edital e no Contrato.

15.2. A CONTRATADA que cometer qualquer das infrações discriminadas acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
15.2.1. advertência, por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

15.2.2. multa compensatória ou glosa no caso de inexecução parcial ou total do objeto;

15.2.3. suspensão do direito de licitar e impedimento de contratar com o Ministério das Relações Exteriores pelo prazo de até 2 (dois) anos;

15.2.4. impedimento de licitar e contratar com a União, pelo prazo de até 5 (cinco) anos;

15.2.5. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante o Ministério das Relações Exteriores, que será concedida assim que a CONTRATADA ressarcir a CONTRATANTE pelos prejuízos causados.

15.2.6. As penalidades de que trata o item 15.2. acima serão aplicadas conforme as condições da Tabela 15.2.6.:

<table>
<thead>
<tr>
<th>N.º</th>
<th>Ocorrência</th>
<th>Penalidade</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>1</td>
<td>Praticar qualquer ato listado nos incisos do item 7.2.7 do Termo de Referência</td>
<td>Multa de 1% sobre o valor anual do contrato por ocorrência</td>
</tr>
<tr>
<td>2</td>
<td>Fornecer informação incompleta ou nociva sobre serviço</td>
<td>Multa de 1% sobre o valor anual do contrato por ocorrência</td>
</tr>
<tr>
<td>3</td>
<td>Dificultar ou impedir ampla e irrestrita fiscalização</td>
<td>Multa de 5% sobre o valor anual do contrato por ocorrência</td>
</tr>
<tr>
<td>4</td>
<td>Não providenciar, em tempo hábil, as correções solicitadas pelo fiscal</td>
<td>Multa de 0,3% sobre o valor anual do contrato por solicitação não atendida</td>
</tr>
<tr>
<td>5</td>
<td>Recusar-se a executar, sem motivo justificado, determinação do fiscal</td>
<td>Multa de 0,5% sobre o valor anual do contrato por ocorrência</td>
</tr>
<tr>
<td>6</td>
<td>Não providenciar, no prazo de 2 (duas) horas, a substituição de profissional a serviço da CONTRATADA ausente por motivo de férias, descanso semanal, licença de qualquer natureza, falta ao serviço, demissão e outros análogos</td>
<td>Multa de 0,5% sobre o valor anual do contrato por ocorrência e glosa no valor correspondente às horas/aos dias em que o profissional esteve ausente sem a devida substituição</td>
</tr>
<tr>
<td>7</td>
<td>Não providenciar, no prazo de 1 (um) dia útil, a substituição de profissional a serviço da CONTRATADA que for considerado inconveniente à boa ordem e às normas disciplinares do Ministério</td>
<td>Multa de 0,5% sobre o valor anual do contrato por ocorrência e glosa no valor correspondente às horas/aos dias em que o profissional esteve ausente sem a devida substituição</td>
</tr>
<tr>
<td>8</td>
<td>Designar profissionais sem a devida especialização, habilitação, qualificação ou treinamento</td>
<td>Multa de 0,5% sobre o valor anual do contrato por ocorrência e glosa no valor correspondente às horas/aos dias em que o profissional esteve ausente sem a devida substituição</td>
</tr>
<tr>
<td>9</td>
<td>Não adotar normas de segurança na execução dos serviços</td>
<td>Resscisão contratual</td>
</tr>
<tr>
<td>10</td>
<td>Deixar de cumprir com obrigações trabalhistas, sociais,</td>
<td>Resscisão contratual</td>
</tr>
</tbody>
</table>
11 Permitir trabalho de menor de dezessete anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, ou do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre

12 Desrespeitar as normas de controle de bens e fluxo de pessoas do Ministério

13 Tomar iniciativa que implique ónus para o Ministério que não estão previstas neste Termo de Referência

14 Utilizar as dependências do Itamaraty para fins diversos do objeto do Contrato

15 Reproduzir, divulgar ou usar, sem consentimento prévio do Ministério, em benefício próprio ou de terceiros, quaisquer informações às quais tenha tido acesso ou conhecimento em razão da prestação dos serviços

16 Destruir ou danificar documentos, móveis ou estrutura do Ministério por culpa ou dolo dos profissionais a serviço da CONTRATADA

17 Deixar de cumprir qualquer cláusula do Edital e/ou de seus anexos não listadas nesta tabela

Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão ou entidade CONTRATANTE pelo prazo de até dois anos

Multa de 0,3% sobre o valor anual do contrato por ocorrência

Multa de 1% sobre o valor anual do contrato por ocorrência, sem prejuízo da reparação do valor do ónus

Multa de 1% sobre o valor anual do contrato por ocorrência

Multa de 3% sobre o valor anual do contrato por ocorrência

Multa de 1% sobre o valor anual do contrato por bem móvel ou imóvel destruído ou danificado, sem prejuízo da obrigatoriedade de reposição ou indenização pelo valor avaliado oficial do item

Multa de 0,5% sobre o valor anual do contrato por ocorrência de cláusula descumprida

15.2.7. Com vistas à aplicação das multas previstas na Tabela 15.2.6., a CONTRATANTE encaminhará notificação à CONTRATADA, que terá 5 (cinco) dias úteis a partir de seu recebimento para apresentar contrarrazões.

15.2.8. Os percentuais das penalidades serão aplicados sem prejuízo:

15.2.8.1. do desconto em nota fiscal por serviços inexecutados parcialmente ou em sua totalidade;

15.2.8.2. da responsabilidade civil e criminal;

15.2.8.3. da cobertura do dano causado;

15.2.8.4. da reparação ou regularização devida em razão de erro, culpa, dolo ou fato indesejado.

15.3. Também fica sujeita às penalidades de suspensão e declaração de inidoneidade (art. 87, III e IV, da Lei nº 8.666/1993) a empresa que:

15.3.1. tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

15.3.2. tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos do processo licitatório e/ou do contrato;
15.3.3. demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de ilícitos praticados.

15.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666/1993 e, subsidiariamente, na Lei nº 9.784/1999.

15.4.1. Os valores das multas aplicadas serão descontados da nota fiscal referente ao período da prestação dos serviços em que ocorreu a infração ou, caso essa já tenha sido pago, da nota fiscal do período subsequente, ou dos pagamentos eventualmente devidos, ou, ainda, cobrados administrativamente por Guia de Recolhimento da União e, em último caso, serão inscritos em Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

15.4.2. Caso a CONTRATANTE determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

15.4.3. A aplicação de multa não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e/ou aplique outras sanções previstas na Lei ou no contrato.

15.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à CONTRATANTE, observado o princípio da proporcionalidade.

15.6. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

15.7. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

CLÁUSULA DEZESSEIS - DAS MEDIDAS ACAUTEADORAS

16.1. Consoante o art. 45 da Lei nº 9.784/1999, a Administração Pública poderá motivadamente adotar providências acauteadoras, inclusive retendo o pagamento, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.
CLÁUSULA DEZESSETE - DA RESCISÃO CONTRATUAL

17.1. São motivos para a rescisão do presente Contrato, nos termos do art. 78 da Lei nº 8.666/1993:

17.1.1. o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

17.1.2. o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;

17.1.3. a lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão do serviço, nos prazos estipulados;

17.1.4. o atraso injustificado do início do serviço;
17.1.5. a paralisação do serviço, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;

17.1.6. a subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação da CONTRATADA com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no Contrato.

17.1.7. o desatendimento às determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

17.1.8. o cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do §1º do art. 67 da Lei nº 8.666/1993;

17.1.9. a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

17.1.10. a dissolução da sociedade ou o falecimento da CONTRATADA;

17.1.11. a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA, que prejudique a execução do contrato;

17.1.12. razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinada a CONTRATANTE e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;

17.1.13. a supressão, por parte da Administração, de serviços, acarretando modificação do valor inicial do Contrato além do limite permitido no art. 65, §1º, da Lei nº 8.666/1993;
17.1.14. a suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna, guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente previstas desmobilizações, mobilizações e outras previstas, assegurada à CONTRATADA, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas, até que seja normalizada a situação;

17.1.15. o atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração, decorrentes de serviços, fornecimento, ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurada à CONTRATADA o direito de optar pela suspensão de cumprimento de suas obrigações, até que seja normalizada a situação;

17.1.16. a não liberação, por parte da Administração, do objeto para a execução do serviço nos prazos contratuais;

17.1.17. a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato;

17.1.18. o descumprimento do disposto no art. 27, V, da Lei nº 8.666/1993, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

17.2. Os casos da rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

17.3. A rescisão deste contrato poderá ser:

17.3.1. determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos itens 17.1.1. a 17.1.12 e 17.1.17. e 17.1.18. desta cláusula;

17.3.2. amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo, desde que haja conveniência para a Administração;

17.3.3. judicial, nos termos da legislação.

17.4. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

17.5. Quando a rescisão ocorrer com base nos itens 17.1.12 a 17.1.17. desta cláusula,
sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito a:

17.5.1. devolução da garantia;

17.5.2. pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da rescisão.

17.6. A rescisão por descumprimento das cláusulas contratuais acarretará a execução da garantia contratual, para ressarcimento da CONTRATANTE, e dos valores das multas e indenizações a ela devidos, bem como a retenção dos créditos decorrentes do contrato, até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE, além das sanções previstas neste instrumento.

17.7. O termo de rescisão deverá indicar, conforme o caso:

17.7.1. balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

17.7.2. relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

17.7.3. indenizações e multas.

CLÁUSULA DEZENHO - DOS CASOS OMISSOS


CLÁUSULA DEZENEVE - DA PUBLICAÇÃO


CLÁUSULA VINTE - DO FORO

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente Contrato em 2 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, as quais, depois de lidas, são assinadas pelos representantes das partes, CONTRATANTE e CONTRATADA, e pelas testemunhas abaixo.

Brasília/DF, 01 de dezembro de 2016.

CONTRATANTE:

Unaldo Eugenio Vieira de Sousa  
Chefe da Divisão de Serviços Gerais

CONTRATADA:

Adilson Simão Soares  
Gerente-Comercial

Testemunhas:

Nome: José Umberto da Silva  
CPF: 091.374.831-53  
Nome: Carlos Alberto da Costa  
CPF: 372.237.711-00